



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Criada pela Resolução N° 1090/2013 - Órgão Oficial de Publicação do Poder Legislativo de Sete Lagoas/MG

www.setelagoas.mg.leg.br

ANO II - N° 168 - Sete Lagoas 12/12/2014

MESA DIRETORA (2013/2014)

PARLAMENTAR	PARTIDO	CARGO
Márcio Paulino Torres - Lulu	PMN	Presidente
Milton Martins	PSC	1º Secretário
Milton Saraiva	PP	1º Vice-Presidente
Pastor Fabrício	PMN	2º Vice-Presidente
Padre Décio	PP	2º Secretário

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO DE SETE LAGOAS

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Sete Lagoas, (MG)

Criado pela Resolução nº 1090 de 18 de setembro de 2013.

Edição, impressão e disponibilização:

Secretaria Especial de Comunicação - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Secretaria Executiva - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Procuradoria Geral - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Av. Getúlio Vargas, nº 111 – Centro - Telefone: (31) 3779- 6333

Cópias do Diário do Legislativo podem ser obtidas no portal da Câmara Municipal

Acesso ao Diário Oficial: <http://setelagoas.mg.leg.br> - Autoridade Certificadora SERPRORFB

A Câmara Municipal, por meio da Secretaria Executiva, manterá no saguão da Casa Legislativa, por 30 (trinta) dias, e em arquivo próprio na Secretaria, para consulta, a via impressa do "Diário do Legislativo".

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2014 COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 099/2014, QUE "AUTORIZA A INSTALAÇÃO DO SHOPPING POPULAR NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"//////

Em conformidade ao Edital de Audiência Pública nº 17/2014 publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo de Sete Lagoas nº 142 de 17/10/2014, e em atendimento ao requerimento nº 1325/2014 de autoria do vereador Marcelo Pires Rodrigues, aprovado em reunião plenária do dia 26/08/2014, a Câmara Municipal realizou no dia 05 de novembro de 2014, no Plenário Deputado Wilson Tanure, Audiência Pública com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 99/2014, que "Autoriza a instalação do Shopping Popular no Município de Sete Lagoas e dá outras providências. A abertura da reunião foi realizada pelo Cerimonial desta Casa, que convidou para compor a mesa: o Vereador Marcelo Pires Rodrigues, autor do Requerimento que originou esta Audiência, os vereadores Marli Aparecida Barbosa, Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento, Sra. Monica Braga de Vasconcelos – Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Sra. Juliana Moreira da Silva – Representante do Camelódromo; Sr. Carlos Pedro de Oliveira – Representante dos Ambulantes; Sr. Evandro Avelar Duarte – Presidente do Sind Comércio; Srs. Claudio Roberto Marques e Carlos Eduardo Almeida – convidados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo, técnicos que atuam no segmento de Shoppings. O Cerimonial passou a palavra ao Presidente da Audiência para suas considerações iniciais, Vereador Marcelo Pires Rodrigues, que demonstrou felicidade pela presença de todos, por ser um assunto de tão grande importância para nossa cidade. Citou a importância de ouvir a todos quanto ao assunto. Na sequência, o Cerimonial fez a leitura do requerimento que originou esta audiência, sendo dispensado a leitura do edital na íntegra, sendo lido apenas as partes interessadas a esta Audiência. Dando sequência, a palavra foi passada ao Presidente desta Audiência, que justificou a ausência do Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Márcio Paulino. O Presidente disse que gostaria de saber como foi feita a negociação da retirada dos camelódromos, e apresentou um vídeo demonstrando a feira de Contagem, servindo como exemplo para implantação em Sete Lagoas, uma vez que a feira de lá foi um feito que deu certo. Após a apresentação do vídeo, o Presidente disse que alguns pontos do processo atual preocupa a Comissão formada para análise desse fim. Alguns disseram que o sistema de feira aberta é melhor que shopping, que shopping popular não é viável para Sete Lagoas, e que para os camelódromos ficaria muito caro. Enfatizou que precisamos saber até onde o shopping popular é viável para nossa cidade. Na sequência, passou a palavra para a Secretária Municipal Monica que pediu desculpas quanto a ausência na audiência anterior, justificando que isto aconteceu por não ter entendido o convite. Explicou que os ambulantes foram retirados por ordem do Ministério Público, de forma não organizada, por termos de cumprir a ordem do Ministério Público, não deixando de saber da dignidade do trabalho dos ambulantes, motivo pelo qual, buscou trazer o Shopping Popular para Sete Lagoas. O Prefeito entendeu que para facilitar esse shopping teria que ser numa área central. Mas, quem lá trabalhava e frequentava, sabia quanto o local era difícil. O local não comportava, era de difícil acesso e mobilidade. Sabemos das dificuldades e sabemos também que o novo assusta. Agradeceu a Juliana, do camelódromo, por ter acreditado na proposta do executivo, quanto a mudança para uma área provisória. O diálogo entre Executivo, Legislativo e Ambulantes foi muito satisfatória naquele período. Procurei trazer para todos, que é muito importante, esclarecimentos quanto ao conceito de shopping popular. O apresentado aqui no vídeo, é um shopping popular. Fizemos um pré esboço aqui apresentado no projeto. Temos uma recomendação do Ministério Público que toda área pública tem que ser licitada. A não ser aquelas de critérios sociais, como é o caso das hortas comunitárias. O shopping é mais complexo. Quanto ao antigo camelódromo, haverá um processo licitatório para que a empresa que ganhar tenha o direito de explorar a área, pagando um montante para a Prefeitura. O Prefeito garantiu para os ambulantes que foram retirados das praças públicas e do camelódromo que esses não pagariam o direito da luva, do uso, isto garantido no processo de licitação. Existe um termo assinado com cadastro de todos os ambulantes que foram retirados e dos camelódromos. O Presidente Marcelo questionou qual o fim social do shopping. A empresa recebe um terreno e tem uma concessão para explorar o prédio. Em quanto está avaliado o terreno? Qual o benefício que Sete Lagoas está recebendo? A Secretária Monica disse que não é concessão, é uma parceria pública privada, e não é uma cessão de uso, a Empresa terá todo um custo, ela vai construir de acordo com o que o Executivo aprovar. Além de ter o custo da construção, ele terá que pagar mensalmente ou anualmente para o Município. A Empresa terá seus encargos junto a Prefeitura. As pessoas que foram retiradas vão ter um benefício, bem como a Prefeitura. O Vereador Milton Martins – questionou a forma como foram retiradas os camelódromos e ambulantes, e porque eles foram retirados em janeiro e só agora a Prefeitura apresentou um projeto. Não foi discutido com os representantes legais como é que se vai dar o novo shopping aos trabalhadores. Sabemos que vão retirar luvras, mas e o aluguel? Contagem é uma feira aberta, não um shopping, com 2, 3, 4 andares. Porque não se discutiu antes de desajolá-los? Os camelódromos estão se virando, enquanto não está chovendo. Como eles conseguiram pagar os impostos no início do ano? Como é que foi feito e concluído o projeto? Terreno no centro é valorizado, e o processo licitatório não conhecemos. É difícil doarmos um terreno sem conhecimento. O Executivo nos manda um projeto, onde estamos colocando o pessoal em cheque. Gostaria de ter nesta audiência, valores. Lá na feirinha do Boa Vista tem taxa de condomínio, taxas. E os comerciantes de fora que virão? Se não discutirmos verdadeiramente, eu não aprovearei o projeto. Precisamos de ter o projeto na íntegra, com quantas lojas, quantos andares, tudo completo. O Presidente Marcelo disse estar consciente de que sairemos daqui com o melhor para Sete Lagoas. A Secretária Monica solicitou que os técnicos convidados por ela apresentassem os projetos antes dos questionamentos, dizendo que esta apresentação saneará muitos questionamentos. O projeto que está na casa é um estudo para que o Executivo verifique a viabilidade do mesmo. O Presidente Marcelo disse que precisamos saber se eles vão falar sobre o shopping de Sete Lagoas, e Monica disse que passou o Projeto de Lei nº 99/2014 desta audiência a eles, e o Projeto Arquitetônico, sendo que os mesmos tem inteiro conhecimento do shopping. O Presidente Marcelo informou que acha melhor ouvirmos primeiro o que os Vereadores tem a dizer, para depois passar a palavra aos técnicos. O Vereador Ismael – Questionou se os camelódromos terão espaço garantido. E a questão de aluguel? Citou a Ilha do Milito, onde ninguém fica constante lá. Será que o aluguel é caro? É por isso que não pára ninguém? Eles precisam de espaço garantido com qualidade. O Presidente Marcelo disse que é questão de garantia e sobrevivência. Vereador Fabrício – tenho dúvidas técnicas. Wellington fez uma colocação no vídeo que me preocupou, pois se trata de famílias, que é a questão do custo benefício. Qual a média dos custos mensais para os atuais ambulantes e camelódromos para participar? Qual seria o percentual para os atuais e para os novos? Precisamos saber se eles não estão numa furada. Contra balanço custo benefício, de comerciante e empresários. Valor médio dessa luva aqui falada para outros. Vereador Gilberto – Tivemos a iniciativa de um APL nº 113/2009 que originou este Projeto. A intenção é que o cidadão tenha um local apropriado para trabalhar, com dignidade. Parabenizou a Comissão pela busca de elementos para o debate. O Prefeito quer adequar a cidade junto aos ambulantes. Sete Lagoas tem uma estrutura para construir um shopping popular, e a nossa ideia é que também se realize um outro no bairro Nova Cidade, que está crescendo muito. O Presidente Marcelo disse que houve sim a intervenção do Ministério Público, mas não no camelódromo, onde os mesmos ficaram prejudicados. Vereador Padre Décio – ressaltou que o comércio funciona na base da barganha. A origem nossa é sempre em feira. Feiras fazem parte de toda cidade. Me preocupa é que teremos 04 shoppings na cidade. Não podemos perder nossa identidade. Se aqui será uma cidade turística, todos os turistas vão querer ir a uma feira. A estrutura precisa de uma revitalização. Toda pessoa que está aqui precisa de ter garantia do seu emprego, do seu local de trabalho, para que ninguém no futuro retire vocês de lá. O Presidente Marcelo citou a importância da fala de cada vereador. Vereador Cláudio Caramelo – conseguimos uma parceria, porém o local não é ideal, mas poderia estar pior se não tivesse tido uma discussão entre vocês, Prefeitura e Legislativo. Ressaltou a importância da parceria do Legislativo junto ao Executivo. Esta é uma das etapas. O local onde eles estão é muito bom. Só precisaria de fazer as melhorias, reestruturar. O shopping vai caber todos? Me preocupo com a legalização. Os trabalhadores estão dispostos a pagar os impostos direito, não sei o que acontece que não funciona. Presidente Marcelo – porque não fazer as duas coisas? O shopping e melhorias no local onde eles estão? Vereador Dalton Andrade – me preocupo com planejamento nesta área central. O shopping Sete Lagoas, quando foi construído, mais de 80% da cidade achava que Sete Lagoas não comportava. E Sete Lagoas vai ter 4 shoppings? IPTU caríssimo para o centro. Isto gera dúvidas quanto ao local. Vereador Douglas Melo – Contagem nos deixou certos de que temos que realizar mais estudos. Shopping pode ser uma solução mas pode ser uma dor de cabeça também. Em Contagem, a Prefeitura deixou uma área que eles pagam condomínio e trabalham dentro dos padrões da Prefeitura. A intervenção da Câmara quando os camelódromos foram retirados, foi primordial. Temos que resolver problemas gerados pela Prefeitura. Se a área foi doada, eles trabalham sem pagar nada. O shopping é bem vindo, mas não podemos admitir que outros venham trabalhar no local daqueles que já trabalham e precisam continuar trabalhando como comerciantes autônomos. Presidente do Sind Comercio Evandro Avelar – é público e notório que o comércio aprova o shopping, desde que bem organizado, bem estruturado. Representante dos camelódromos Juliana – não temos condições nem segurança adequada. O medo é não conseguirmos pagar o shopping popular. Trabalhamos para sobreviver. Representante dos ambulantes Carlos Pedro – sou um dos mais novos ambulantes. Mais de 01 ano e 08 meses para sermos informado onde trabalharemos e como. Fomos retirados com perda, passamos por dificuldades. Não estávamos prejudicando nenhum comerciante. Esperamos da prefeitura o melhor, mas recebemos uma notícia de que ficáramos em lugar totalmente sem estrutura para trabalhar. Pagamos uma pessoa para tomar conta do local que estamos trabalhando. Estamos apenas querendo trabalhar com dignidade. Se tem gente que não consegue pagar o vigilante, como é que vamos pagar o shopping? A esposa do Sr. Carlos mencionou o seguinte: Fomos tirados do camelódromo como se fôssemos bandidos. Não tivemos nem reação. Graças aos vereadores foi arrumado o local onde estamos. Sempre trabalhei no centro. Para nós, o shopping não é a solução, se não vamos conseguir pagar a manutenção de lá. A feira seria muito mais viável. Sra. Flora Nunes – os camelôs tem espaço garantido, e os fabricantes? Não temos como trabalhar, e nem expor nossa mercadoria. Sr. Paulo Lopes – acredito na ideia do shopping. Quem conversou com o Prefeito, sabe que tem garantia do seu espaço. Convidou os vereadores a conhecerem o Shopping Popular de Montes Claros. Faça visitas em outros shoppings. O prefeito não fará uma coisa inviável. Falta diálogo entre comerciantes, Executivo e Legislativo. O Vereador Douglas esclareceu que não somos contra o shopping. O Presidente Marcelo informou que se a favor do shopping mas também da feira. Sr. Carlos Eduardo – atuo no seguimento de shoppings, e fomos convidados para esclarecer o conceito de shopping. Shopping é uma palavra chique para feira, pois reúne diversas lojas. Deixo claro aos ambulantes, que não existe nem shopping nem feira sem os comerciantes. A preocupação de vocês é válida, uma vez que vocês desconhecem o custo e o modo operando. Existe uma preocupação do Executivo para com vocês, uma vez que fomos convidados para esclarecê-los. Quando se diz feira dá-se a impressão de que o custo é mais barato. O espaço, a partir dessa discussão, acredito que será apresentado algo mais consistente. Quanto ao benefício social, o shopping em si, já tem sua função: empregos, lazer, diversão. Quanto ao local será uma concessão e não doação. Qual o retorno do investimento, vou acalmá-los, garantia de espaço e valor de locação. O espaço não importa a denominação, shopping ou feiras, são espaços planejados com box para segurança, sanitários decentes, oferecendo conforto e comodidade, abrangendo melhorias com espaços cobertos, e valorização do negócio. Historicamente, todos empreendimentos para os quais foram canalizados geram valorização. Neste momento, por motivo de força maior, o Presidente Marcelo determinou de imediato, a interrupção e adiamento desta Audiência para outra oportunidade. Agradeceu a presença de todos, finalizando, dizendo que espera contar novamente com a presença de todos, inclusive dos técnicos, convidados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo, determinou a lavratura da ata e encerrou os trabalhos. A íntegra desta Audiência Pública encontra-se à disposição na Secretaria Especial de Comunicação desta Casa Legislativa. Sala das Sessões, 05 de novembro de 2014. Jaqueline Helena Alves, matrícula 004, Secretária Geral da Câmara.//////

